



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRAL DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ENTRE O OLHAR DAS PROFESSORAS E O LIVRO DIDÁTICO DE  
HISTÓRIA: O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**ROSSANA FRANKLIN MEIRA VASCONCELOS**

**CAMPINA GRANDE  
2013**

ROSSANA FRANKLIN MEIRA VASCONCELOS

**ENTRE O OLHAR DAS PROFESSORAS E O LIVRO DIDÁTICO DE  
HISTÓRIA: O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduada.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Campina Grande

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

V331e

Vasconcelos, Rossana Franklin Meira.

Entre o olhar das professoras e o livro didático de história [manuscrito] : o lugar dos povos indígenas no ensino fundamental. / Rossana Franklin Meira Vasconcelos, 2013.

60 f. il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão Araújo, Departamento de Pedagogia”.

1. Ensino Fundamental 2. Ensino de História  
3. Povo Indígena I. Título.

21. ed. CDD 372.89

ENTRE O OLHAR DAS PROFESSORAS E O LIVRO DIDÁTICO DE  
HISTÓRIA: O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

ROSSANA FRANKLIN MEIRA VASCONCELOS

APROVADA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2013

*Patrícia Cristina de A. Araújo*

Nota

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB/CEDUC/DH)  
Orientadora

*Margareth Maria de Melo*

Nota

Profa. Dra. Margareth Maria de Melo (UEPB/CEDUC/DE)  
Examinadora

*Cristiane Nepomuceno*

Nota

Profa. Dra. Cristiane Nepomuceno (UEPB/CEDUC/DE)  
Examinadora

CAMPINA GRANDE-PB

2013

*Aos meus pais pelo apoio carinho,  
encorajamento, a meu marido, pela  
compreensão, paciência e incentivo, a meus  
filhos pelo amor, carinho e paciência que  
tiveram comigo nessa caminhada.*

## **AGRADECIMENTO**

Meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, que tem me sustentado em todos os momentos que eu quis fraquejar, difíceis de continuar, aos meus pais, irmãos, marido, filhos, pelas atitudes de compreensão, encorajamento e incentivo que sempre mostraram , quer nos momentos de ânimo pessoal, mas também nos momentos difíceis, de angustia, e apreensão, diante dos obstáculos que foram surgindo.

À minha orientadora Professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo, pela paciência, diálogo e apoio incondicionais, e pela disponibilidade sempre demonstrada, “obrigada Patrícia, pelo muito que cresci na convivência com você.”

As professoras membros da banca professora Dra. Margareth Maria de Melo e professora Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, pela gentileza em aceitar o convite para participar de meu trabalho.

O meu agradecimento a todos que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste projeto, um muito obrigada!

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral analisar as visões sobre os povos indígenas nos livros didáticos de história a fim de conhecer a percepção docente do Ensino Fundamental I a respeito dessa temática. Nossa proposta é verificar a maneira como a autora do manual didático discute essa problemática e como as docentes se posicionam sobre esses conhecimentos no contexto da sala de aula. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que adotou o estudo de caso, envolvendo duas professoras de escola pública da rede municipal de Campina Grande – PB. Realizamos uma pesquisa bibliográfica que contemplou os teóricos da área, bem como utilizamos fontes documentais oficiais, o que nos permitiu a compreensão dessa realidade. Observamos que a temática indígena ainda precisa ser aprofundada nos espaços educacionais, uma vez que as abordagens são superficiais e não notabilizam as sociedades indígenas. Desse modo, o trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre os povos indígenas defendendo sua visibilidade e valorização nos processos pedagógicos, sobretudo no ensino de história.

Palavras-chave: Livro didático de história. Povos indígenas. Professoras. Ensino fundamental.

## **ABSTRACT**

This research has the general goal of analyzing the representation of indigenous peoples in history textbooks in order to understand the perception of teachers of elementary schools on this topic. Our proposal is to analyze the manner in which the author of the textbook discusses this theme and how teachers engage with the subject in the classroom. This is a qualitative research constituting a case study involving two public school teachers in the municipal school system of Campina Grande – PB. A bibliographic research was carried out, which reviewed key authors in the field, and official documents were studied, allowing for a comprehension of this reality. It was noted that the topic of indigenous peoples still needs to be deepened in the educational environment, since the approaches are superficial and do not give due importance to indigenous societies. In this manner, the research intends to contribute to the reflection on indigenous peoples, defending their visibility and valorization in the pedagogical processes, especially in the teaching of history.

Keywords: history textbooks; indigenous peoples; teacher; elementary school.



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> - Entrada da Escola Maria Cândida.....	33
<b>FIGURA 02</b> - Frente da Escola Maria Cândida.....	33
<b>FIGURA 03</b> – Pátio livre para as crianças.....	34
<b>FIGURA 04</b> – Quadra coberta.....	34
<b>FIGURA 05</b> – Sala de aula do 4º ano.....	35
<b>FIGURA 06</b> – Sala de aula do 4º ano.....	35
<b>FIGURA 07</b> – Imagem do livro didático.....	42
<b>FIGURA 08</b> - Imagem do livro didático.....	43
<b>FIGURA 09</b> - Imagem do livro didático.....	44
<b>FIGURA 10</b> - Imagem do livro didático.....	44
<b>FIGURA 11</b> - Imagem do livro didático.....	45
<b>FIGURA 12</b> - Imagem do livro didático.....	46
<b>FIGURA 13</b> - Imagem do livro didático.....	46
<b>FIGURA 14</b> - Imagem do livro didático.....	48
<b>FIGURA 15</b> - Imagem do livro didático.....	49

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O ENSINO DE HISTÓRIA E OS POVOS INDÍGENAS: ANÁLISE E PERSPECTIVAS A PARTIR DA LEI 11.645/2008.....	15
1.1 A lei 11.645/2008 e os povos indígenas: a educação escolar e à inserção na disciplina de história.....	15
1.2 A escola e culturas indígenas.....	19
2. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS.....	24
2.1 O livro didático de História nos anos iniciais: reflexões sobre o ensino e a aprendizagem .....	24
2.2. Os povos indígenas no livro didático.....	27
3. OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA A PARTIR DA ESCOLA.....	31
3.1 Caracterização da área estudada: A Escola Municipal Maria Cândida de Oliveira.....	31
3.2. Análise do livro didático de História: Entre a visão da professora e a proposta do autor.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
APÊNDICE.....	57

## INTRODUÇÃO

Ao nos referirmos sobre os povos indígenas na educação, geralmente nos deparamos com uma visão estereotipada acerca desse grupo étnico. Notamos a falta de inserção do tema na história da educação fato que não contribui para desmistificar a percepção social desses grupos.

Percorrendo os livros didáticos, encontramos textos e imagens que não correspondem à realidade dos povos indígenas, muito menos retratam sua história e cultura. Por isso foi essencial a aprovação de uma lei como a 11645/2008 que torna obrigatório a abordagem dos povos indígenas em todas as escolas da educação básica.

Os estereótipos dos povos indígenas nos livros didáticos são sempre grupos caçando, pescando, tratados como o bom selvagem, cujos feitos são apresentados sempre no passado. Qual seria então a atitude apropriada para conhecer a história e a cultura indígena de forma mais profunda, superando os preconceitos e os estereótipos já mencionados?

Pensamos que a postura desejável é a que considera a voz dos próprios indígenas e as diversas formas que eles têm usado para nos contar sobre suas histórias e culturas. Numa postura mais respeitosa, há de se valorizar os povos participantes da História do Brasil. Povos que têm um passado e não “povos do passado”, como aparecem em muitos “livros escolares”, que quando se referem aos povos indígenas os tratam no passado, como se não mais existissem.

Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar as visões sobre os povos indígenas nos livros didáticos de história a fim de conhecer a percepção docente do Ensino Fundamental I a respeito dessa temática. Temos como objetivos específicos, mostrar como os povos indígenas aparecem no livro didático de História do ensino fundamental I, enfatizando o posicionamento autoral da obra em relação a estes povos; perceber a visão em relação aos povos indígenas elaboradas por professoras do ensino fundamental I; refletir sobre a educação no Brasil, propondo a inserção no ensino de história da cultura indígena, e, a partir desta discussão, destacar as políticas públicas educacionais sobre os indígenas.

Como questões norteadoras da pesquisa, elaboramos os seguintes questionamentos: Como o livro didático de História do ensino fundamental constrói uma representação dos povos indígenas? Que visões são elaboradas pelas professoras que atuam no fundamental I sobre os povos indígenas, a partir de sua experiência docente e do material didático utilizado?

A idéia de estudar os povos indígenas surgiu da curiosidade em saber como esses povos eram entendidos pelas crianças dos anos iniciais e que imagens estavam sendo transmitidas para essas crianças, a respeito desses grupos. Com o olhar de educadora senti necessidade de observar esse contexto, propondo esse enfoque no trabalho final do curso, no intuito de verificar essa temática a partir da escola.

Deste modo, a pesquisa buscou enfatizar e focalizar a visão das docentes e do livro didático sobre os povos indígenas. Entretanto, a intenção não foi discutir sobre a prática docente e a formação de professor, o que nos conduziu a verificar a ação das professoras, considerando suas experiências no dia a dia da sala de aula e do próprio livro que utilizam nas aulas de História.

Desde o final do século XX, surgem questões que envolvem o multiculturalismo. Canen (2011) explica que a educação multicultural é aquela que questiona a discriminação e a desigualdade de classes sociais polarizando a pluralidade. Sobre este aspecto, Candau e Moreira (2008) nos dizem “que o preconceito e a discriminação ainda estão entranhados em nós, é uma prática permanente o não reconhecimento dos diferentes.” Para estes autores, “a escola deveria ser o local para aprender e não para excluir”, (CANDAU e MOREIRA, 2008) os professores precisam conhecer a diversidade para se posicionar em sala de aula sobre os povos indígenas, a fim de transmitirem aos alunos os conhecimentos necessários sobre esses povos.

Precisamos mudar rápido essa superficialidade de enfoques, porque existem muitos índios próximos de nós, no nosso dia a dia. Falando mais um pouco sobre educação, nós seres humanos não somos somente seres de informação, de opinião, de saberes, do julgar, do fazer, do poder, do querer, pois o verdadeiro sentido da experiência é saber dialogar com o outro, para enxergar

a pluralidade dos saberes, tendo consciência de que somos seres inacabados. Enquanto estivermos convivendo com o outro há incessante busca pelo conhecimento. O ser humano está em constante processo de construção, e por isso deve rever suas posturas.

Este trabalho pode ser importante para entendermos qual o papel dos livros didáticos de História para formar as visões da sociedade educacional sobre os indígenas e quais as possibilidades de tratamento das temáticas indígenas no ensino de História, a partir do lançamento da Lei 11645/2008.

O que nos preocupa é a qualificação profissional dos professores de pedagogia para o trabalho em sala de aula com os conteúdos sobre a cultura dos povos diferentes, a exemplo dos indígenas. Pensamos que os professores devem participar de eventos acadêmicos, uma vez que esse profissional deverá atuar com a educação entre diferentes saberes e a afirmação de uma ética, na qual a diferença cultural, a justiça a solidariedade e a capacidade de construir juntos se articulem.

Para o desenvolvimento deste estudo, adotamos a pesquisa qualitativa, pois quem se dedica a este tipo de investigação é chamado de interpretacionista, pois consideram que a vida humana é uma atividade interativa e interpretativa realizada pelo contato entre as pessoas. Assim, os procedimentos dessa pesquisa incluem observação, entrevistas, entendendo no ambiente escolar como as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos. MOREIRA (2002) alerta que: “com grande dificuldade, a pesquisa qualitativa vai abrindo seus próprios caminhos.” (MOREIRA, 2002, p.43).

O tipo de pesquisa adotado foi a de estudo de caso, pois o pesquisador estuda uma situação singular, particular, pertencente a uma dada realidade. Ludke e André (1986) esclarecem os pesquisadores desse método “Estudo de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.18-20).

Essa modalidade de pesquisa relata os aspectos que compõem uma situação particular, focalizando o problema em sua complexidade. Para se iniciar uma pesquisa nesses moldes, define-se o objeto a ser estudado, as questões, e depois as fontes que servirão para a coleta de dados. O pesquisador é livre por decidir que tipo de instrumentos usará para o seu trabalho, a exemplo de slides, fotos, documentos oficiais. Dessa forma:

A questão de escolher, por exemplo, uma escola comum de rede pública, ou uma escola que esteja desenvolvendo um trabalho especial dependerá do tema de interesse, o que vai determinar se é num tipo de escola ou em outro é que a sua manifestação se dará de forma, mais completa, mais rica, e mais natural (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 23)

Inicialmente foi feito um questionário com as professoras do 4º ano. Foram quatro professoras duas se recusaram, elas alegaram falta de tempo, porque estavam muito atarefadas, pois este questionário foi realizado no final do ano e elas estavam com muito trabalho, se desculparam e não responderam, as outras duas responderam. O uso deste questionário nos permitiu como estava sendo passados esses ensinamentos na escola. Logo depois do questionário analisamos o livro de história que estava sendo trabalhado na Escola Maria Cândida e se as informações que estavam nesse livro eram as mesmas que costumamos ver o indígena no passado, e estereotipado, sem fazer parte do presente e da nossa sociedade.

Objetivamos perceber a realidade desta escola pública, em relação à questão indígena.

Desse modo, o ensino de História nos anos iniciais e principalmente a temática indígena na escola, devem proporcionar inúmeras alternativas que promovam o pensamento crítico e apresentem conceitos, proporcionando à capacidade de compreender o outro, o diferente, a pluralidade cultural.

Porém, o que nós percebemos é que muitos professores focalizam o conteúdo sem estabelecer relações com o mundo atual. Assim, o questionário foi válido para a pesquisa, porque as duas professoras estão tentando mudar, e

essa mudança instiga novas práticas, ambientes mais interativos, e permite a valorização das relações da criança com outros povos.

Assim, o estudo está organizado da seguinte forma. No capítulo 1, intitulado ***Ensino de História e os povos indígenas: Análise e perspectivas a partir da Lei 11645/2008***, abordamos o Ensino de história e os povos indígenas, à luz da Lei 11645/2008, mostrando que a educação é uma oportunidade para os indivíduos aprenderem sobre o valor da cultura e se aproximarem das diferenças culturais.

No capítulo 2 discutimos sobre ***O Livro Didático de História: Reflexões sobre os povos indígenas*** mostrando a importância desse suporte para o processo pedagógico.

E no capítulo 3, intitulado ***Os Povos indígenas no Livro Didático, uma experiência de pesquisa a partir da escola***. Apresentamos a visão das docentes e o modo como o livro didático da escola pesquisada constrói a visão dos povos indígenas.

## **1. O ENSINO DE HISTÓRIA E OS POVOS INDÍGENAS: ANÁLISE E PERSPECTIVAS A PARTIR DA LEI 11.645/2008**

Este capítulo aborda o ensino de História e os movimentos da educação que se dedicam a refletir sobre a temática indígena. Torna-se importante verificar como esse âmbito trata a questão dos povos indígenas, e como a escola entende e cumpre a obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena por meio da lei 11.645/2008, cujas discussões reacenderam a necessidade de uma reflexão sobre esses grupos étnicos.

### **1.1 A LEI 11.645/2008 E OS POVOS INDÍGENAS: A EDUCAÇÃO ESCOLAR E À INSERÇÃO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA**

Nas últimas décadas temos constatado a construção de novos paradigmas educacionais, nos quais o processo educativo é centrado no aluno, buscando promover na escola a discussão, o diálogo, a comunicação e o respeito ao seu conhecimento e a sua capacidade para assumir sua própria aprendizagem. Essa nova educação pretende ser dialógica, buscando conhecer o universo dos educandos, sua bagagem cultural e, numa ação de parceria com eles, reinterpretar e recriar seus saberes. Ao pensar sobre a educação dialógica na escola pensa-se também na relação com a diversidade cultural e étnica que a perpassa.

Deste modo, as questões que envolvem a diversidade cultural brasileira têm sido alvo de inúmeros estudos a partir da última década do século XX, com discussões que envolvem o multiculturalismo. Sobre essa problemática, Canen (2011) explica que:

A educação multicultural é aquela que questiona a discriminação, a desigualdade de classes sociais valoriza a pluralidade, respeita as diferenças, e desafia os preconceitos, cada vez mais conceitos com diversidade, diferença igualdade e justiça social têm se configurado como uma preocupação por



parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã (CANEN, 2011, p. 641).

É fundamental admitir que todas as culturas, por serem criações humanas, são ao mesmo tempo produtos e produtoras do ser humano em seus diferentes contextos. Nesse sentido, há diversidade, entre as inúmeras expressões culturais, geograficamente, e em cada ser humano, onde quer que ele habite. Por isso, não há porque se fazer distinção hierárquica entre as culturas, pois todas são sínteses contextualizadas e temporalizadas da própria condição humana. Sobre o conhecimento inerente à comunidade indígena Freire (2005) mostra que:

[...] o índio não optou por pescar flechando. O seu estágio cultural, econômico, social, etc. é esse, o que não significa que ele não saiba, e que não possa saber de coisa que se dera fora desse estágio cultural. Então eu acho que o meu respeito de identidade cultural do outro, exige de mim que eu não pretenda impor ao outro, uma forma de ser de minha cultura, que tem outros cursos, mas também o meu respeito não me impõe, negar ao outro, o que a curiosidade do outro, e o que ele quer saber mais daquilo que sua cultura propõe. (FREIRE, 2005, p. 83)

Deste modo, para Freire (2005), o respeito às diversas culturas e sujeitos consiste em exercitar a comunicação diante do diferente, condição que pode nos unir sem que cada um perca suas características fundamentais. Essa postura exige atenção para se promover o diálogo com o diferente, que precisa ser visto em seus próprios termos, respeitando-se suas especificidades.

A educação é uma rica oportunidade para os sujeitos aprenderem sobre o valor da cultura, a partir de contatos com diferentes práticas socioculturais. A escola é um dos espaços relevantes neste processo, tendo em vista que significa um espaço no qual, diferentes pessoas se encontram.

O governo federal aprovou a lei 11.645/2008 tornando obrigatório o ensino de história e cultura dos povos indígenas, reafirmando uma posição de combate à discriminação e ausência sobre os povos indígenas na educação em conformidade com a Constituição Brasileira, que chama atenção a pluralidade cultural.

Essa lei foi elaborada para excluir o ensino, os preconceitos, silenciamentos e ideias estereotipadas para com os grupos étnicos indígenas. A partir da lei 11.645/2008, as escolas são obrigadas a introduzir em seus currículos os conhecimentos, saberes, modo de vida, cultura e organização social dos povos indígenas.

Este protagonismo hoje é fruto da luta histórica dos movimentos indígenas, que a partir da década de 70, os povos indígenas passaram a organizar seus próprios movimentos sociais para defender seus direitos. Cada vez mais, eles são autores de sua própria história. As lideranças indígenas dispensam porta-vozes e passam a falar por si mesmas. Uma mudança que pode ser verificada no aumento das organizações indígenas, isso tudo foi resultados de três fatores: Primeiro os povos indígenas se encontravam em uma situação extrema, tendo seus territórios invadidos e sua cultura ridicularizada, sendo condenados ao extermínio enquanto povos etnicamente diferenciados. Segundo começava se articular um movimento de resistência e oposição ao regime militar, que se havia implantado no país. Foram aos poucos criando e desenvolvendo estratégias de luta para mudança e transformação da realidade sociopolítica e econômica dos países. Terceiro buscar a implantação de novos modelos políticos e econômicos (a partir do paradigma socialista), por outro a reação violenta das classes dominantes impondo regimes ditatoriais, instaurando a repreensão, perseguição, torturas, e violência institucionalizada.

Na expressão de Azevedo e Ortolam (1992) que diz assim:

As organizações indígenas desempenham o papel de interlocutoras das comunidades junto ao estado e à sociedade civil, papel este que, antes dos anos 70 era assumido por certos profissionais (antropólogos, indigenistas, jornalistas, etc.) e entidades que apoiavam a luta indígena (AZEVEDO e ORTOLAM, 1992, p.7).

Nos dias atuais esses povos indígenas estão em destaque, sobretudo considerados em termos culturais e históricos.

A partir da lei de Diretrizes e Bases de 1996 ocorreram mudanças na história da educação brasileira do século XX, pois foi reafirmado o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988. Foram estabelecidos os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar, que repercutiram na educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Entre outros aspectos foi garantida a possibilidade de discussão em torno da diversidade cultural e étnica.

A culminância desta lei foi empreendida no governo de Fernando Henrique Cardoso, em face de suas proposições para uma reforma na educação brasileira. O que se percebe nos dois mandatos de FHC são as intensas mudanças na educação escolar, Caracterizadas por políticas focalizadas, com especial atenção ao ensino fundamental, a fim de selecionar e destinar os recursos para metas e objetivos urgentes e necessários (Brasil, 1998)

Partindo dos pressupostos formulados a partir deste período, a escola deveria contribuir desenvolvendo atitudes e valores, formando novos comportamentos para a superação da discriminação. A escola é um lugar de fundamental importância para a abordagem dessas questões, pois é nela que ocultamos a importância de determinadas culturas, como a indígena.

Vivenciamos em nossas relações cotidianas inúmeras práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas em relação a alguns segmentos da população, entre os quais os grupos indígenas. Contudo, admitir que somos diferentes para estabelecer a existência de uma diversidade cultural no Brasil não é suficiente para combater os estereótipos que ainda existem em nossa sociedade. Candau (2005) afirma que:

Não se deve contrapor, igualdade a diferença. De fato, a igualdade não está oposta a diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõem à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o “mesmo”, à “mesmice” (CANDAU, 2005, p. 19).

Nesse sentido reconhecer a diferença é questionar os conceitos homogêneos estáveis e permanentes que excluem as pessoas. Para tanto, é preciso desconstruir, pluralizar, ressignificar, reinventar identidades e subjetividades, saberes, valores e convicções. Nesses termos, falar sobre diversidade na escola não pode ser só um exercício de perceber os diferentes, de tolerar o “outro”. Antes de tolerar, respeitar e admitir os diferentes é preciso explicar como a diferença é produzida culturalmente.

Deste modo, existem grupos sócio-culturais e várias questões que os perpassam, como injustiças, desigualdades e discriminação, que os fazem reivindicar igualdade de bens e serviços, sobretudo reconhecimento histórico, político e cultural. Ressaltamos que a cultura escolar prioriza o homogêneo, o que não ocorre, de fato, pois há diferenças nesse espaço e é preciso trabalhar o que as constitui. Nesse contexto, a preocupação com esse problemática é vista como algo externo, uma vez que a tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Sendo os cidadãos vistos iguais diante da lei. A escola, então deveria contribuir para gerar essa concepção independentemente das diferentes origens que configuravam seus integrantes.

Por isso, Paulo Freire (1994), além de reforçar seus argumentos em defesa de uma educação libertadora que respeite a cultura e a experiência anterior dos educandos, também destaca a importância da diversidade, aspectos essenciais para a educação, discutindo, como, a partir dela, pode ocorrer a promoção da igualdade social e a equidade no tratamento.

## **1.2 A ESCOLA E CULTURAS INDÍGENAS**

Buscar uma educação de qualidade, uma escola para todos, tem sido um dos grandes desafios daqueles que trabalham com a formação dos profissionais desse campo. Novas perspectivas começam a ser discutidas para que possamos construir uma escola comprometida com a cidadania. Estamos vivendo em uma sociedade cujos valores estão sendo cada vez mais

questionados, em meio a uma pluralidade de culturas e, além disso, cobra-se uma formação para a tolerância e para a diversidade cultural.

Em contrapartida, a busca por respostas imediatas, a corrida contra o tempo, a competição exagerada e um mundo globalizado interferem no cotidiano de qualquer ser humano, gerando uma preocupação desafiadora. Para a escola, que junto aos profissionais da educação tem sido dada a tarefa de problematizar essa realidade, encontrando meios que enfrentem os preconceitos, respeitem as diferenças e valorizem as diversas culturas.

Como afirmam Candau e Moreira (2008), estamos ainda imersos numa cultura de discriminação na qual a demarcação entre o “nós” e os “outros” é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não apenas diferentes, mas, em muitos casos, inferiores, devido a determinadas características identitárias e comportamentais. Cumpre ressaltar, também, a existência do processo histórico de exclusão de algumas minorias étnicas e a necessidade de reparar injustiças, eliminando preconceitos contra alguns grupos, a exemplo dos povos indígenas, que ainda hoje são vistos com desconfiança.

A escola deveria ser o local onde privilegiado para o acesso ao saber e nunca se transformar num espaço de exclusão, de desigualdade, dando tratamentos diferentes ou reforçando relações de hierarquia entre os sujeitos. Os professores são fundamentais na transformação da escola, pois estão em contato direto com o aluno, organizando, orientando, avaliando, planejando e desenvolvendo atividades no cotidiano da sala de aula, que podem minimizar os preconceitos sociais.

Não basta o conhecimento e a aceitação da diversidade cultural, torna-se urgente, na escola, uma atitude de questionamento e reflexão a respeito da injustiça presente na relação intercultural instigando alunos e professores, bem

como a comunidade escolar, para que, através do conhecimento, sejam capazes de se posicionar contra as diversas formas de discriminação.

Existem vários desafios para serem superados a exemplo, da necessidade de romper com a ideia de que diferença é um problema, já que a homogeneização facilitaria o trabalho pedagógico. Outro desafio é avaliar como trabalhar essas diferenças culturais, através de planejamento, conteúdos, avaliação, mecanismos pelos quais a escola deve contribuir para o debate, desenvolvendo a transformação de atitudes e valores, formando novos comportamentos para o enfrentamento desses desafios.

Nesse sentido, devem ser promovidos estudos específicos para que os professores (as) possam conhecer os povos indígenas no Brasil, possibilitando uma melhor abordagem da temática indígena em sala de aula, assim como, proporcionando o acesso a publicações e livros, fontes de informações e pesquisas sobre os grupos étnicos indígenas.

Momentos de intercâmbio entre os povos indígenas e os estudantes também devem ser considerados durante o calendário letivo, através de visitas dos alunos as aldeias, bem como de indígenas às escolas. Ações como essas podem ser realizadas principalmente nos municípios onde atualmente moram grupos étnicos indígenas como forma de buscar a superação dos preconceitos e discriminações, permitindo uma aproximação com a cultura desse grupo.

Um dos objetivos da educação étnico-racial, na perspectiva indígena é pensar os conteúdos curriculares de maneira articulada à formação étnica da criança e jovens, com a intenção de apontar idéias, estratégias e projetos sobre a questão do respeito às diferenças culturais, contribuindo com o ensino de história e a importância do desenvolvimento da autonomia para a leitura crítica da sociedade.

Com relação a esse campo de ensino as orientações trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNS para os anos iniciais do Ensino Fundamental (Brasil, 1998), indicam o trabalho com os chamados eixos temáticos dentre os quais se destaca o estudo da história das organizações

populacionais, com ênfase para os deslocamentos, as organizações e lutas dos grupos sociais e étnicos. Os PCNS evidenciam, ainda, a relevância do trabalho acerca dos povos indígenas primeiros habitantes do território brasileiro, apontando que:

A opção de introduzir estudos dos povos indígenas é relevante por terem sido os primeiros habitantes das terras brasileiras e, até hoje, terem conseguido manter formas de relações sociais, diferentes das que são predominantes no Brasil. A preocupação em identificar os grupos indígenas que habitam ou habitaram a região próxima do convívio dos alunos é a de possibilitar a compreensão da existência de diferenças entre os próprios grupos indígenas, com as especificidades de costumes, línguas diferentes, evitando criar, a imagem do índio como povo único, e sem história. O conhecimento sobre os costumes e as relações sociais os povos indígenas possibilita aos alunos dimensionarem em um tempo, longo, as mudanças ocorridas naquele espaço onde vivem e, ao mesmo tempo, conhecerem costumes relações sociais e de trabalho diferentes do seu cotidiano (BRASIL, 1998, p. 37).

No que se refere à educação indígena, a escola para os povos indígenas só começou a existir a partir de 1949, quando chegou ao território brasileiro à primeira missão jesuítica que foi enviada de Portugal por D. João III, era composta por missionários da Companhia de Jesus e chefiada por Padre Manoel da Nóbrega o qual tinha como um dos seus objetivos converterem os nativos à fé cristã.

A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho que ninguém conhecia. Quem a estava colocando sabia o que queria, mas os indígenas não sabiam, hoje os indígenas ainda não sabem para que serve a escola. É esse o problema. A escola entra na comunidade, e se apossa dela, tornando-se dona da comunidade, e não a comunidade dona da escola (HENRIQUE et al , 2007,p.10).

Ao implantar a escola na comunidade indígena os jesuítas tinham o intuito de se aproximar dos indígenas para que pudessem conquistar a sua confiança, aprender suas línguas e poder manipulá-los de forma que eles não tinham

direito de rejeição, no caso de rejeição, seriam punidos e reprimidos por causa de sua rebeldia. No entanto, eles tinham que fazer somente o que fosse de interesse dos jesuítas. Os indígenas tiveram que abdicar de sua linguagem e adequar-se ao português que era a língua falada por todos da comunidade jesuítica.

Segundo Cavalcante (2008):

[...] os programas de escolarização indígenas foram fundados segundo a idéia de que é necessário fazer a educação indígena, visto que, uma comunidade informada onde todos possam caminhar em busca do seu progresso só tem a crescer. Podendo assim desenvolver maiores percepções, compreensão e comunicação sobre os fatos relacionados a sua comunidade uma educação específica, diferenciada, bilíngüe e intercultural e que possa atender as aspirações dos povos indígenas. (CAVALCANTE,2008)

A educação escolar indígena deve ser comunitária e intercultural, comunitária porque deve atender aos anseios de uma comunidade que luta pelo mesmo objetivo, intercultural porque vivem diferentes culturas e etnias num mesmo território, portanto percebe-se a necessidade de uma interação dessas culturas para poder se relacionar com mais respeito e compreensão umas com as outras se relacionando de igual para igual.



## **2. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS**

O livro didático tem despertado interesse de muitos pesquisadores. Nas últimas décadas começou a ser analisado sob várias perspectivas, destacando-se os aspectos educativos e o seu papel na configuração da escola contemporânea, tem provocado debates pedagógicos, mobilizando educadores, alunos e suas famílias, assim como tem sido discutido em encontros acadêmicos envolvendo autores, editores, autoridades políticas e intelectuais. Para Maria Aparecida Bergamaschi, a lei 11.645/2008 é uma contribuição à história dos povos indígenas, no sentido de fazer com que as pessoas possam estudar essa etnia e sua trajetória. Ela enfatiza que:

[...] estudar a história dos povos originários é estudar a nossa história [...] predomina no Brasil um desconhecimento, uma desconsideração dos povos indígenas em geral, sua existência é reconhecida e admitida na Amazônia ou no Xingu. Quando se fala em indígena no sul do Brasil, por exemplo, é comum, o espanto ou um julgamento, expresso em comentários como “eles não são mais índios, estão aculturados” (BERGAMASH, 2010,p.152)

Mesmo que alguns indígenas hoje adquiriram outras práticas culturais, seus costumes permaneceram na história de seu povo, e por isso não podemos deixar de enfatizar sua participação na história do Brasil.

### **2.1 O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E A APRENDIZAGEM**

O livro didático assume evidência e importância na prática pedagógica docente, determinando o enfoque de conteúdos e condicionando as estratégias de ensino, pois muitos professores só dispõem deste material para as suas aulas. Dessa forma o que se ensina e como se ensina acaba sendo posto pelo livro didático. Por esse motivo, surgiu a preocupação de fazer uma análise sobre esse instrumento de ensino-aprendizagem, verificando sua percepção e

utilização pelos professores dos anos iniciais, na sua relação com o conteúdo de História.

O livro didático caracteriza-se por [...] conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de forma de avaliação do conteúdo escolar como esclarece Bittencourt (2004):

[...] juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas o livro didático precisa ser entendido como veículo de sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade (BITTENCOURT, 2004, p. 302).

A importância desse instrumento pedagógico no processo de ensino - aprendizagem foi se efetivando ao longo dos anos, devido a diversas circunstâncias históricas. Para compreender como a cultura escolar tem disseminado a temática indígena, precisamos avaliar se conteúdos, idéias, representações e imagens têm contribuído para uma ressignificação do ensino de história, capaz de estimular a criança a conhecer mais sobre as temáticas da diversidade cultural nesse campo.

Desse modo, podemos perceber se o aluno identifica com a organização dos conteúdos bem como se essas representações contribuem ou não para a permanência da visão eurocêntrica em relação ao ensino de História e a formação de preconceitos com os povos indígenas. Fonte de informação escolar, o livro didático é um referencial privilegiado para discussões e reflexões acerca da discriminação e preconceito que permeiam a temática indígena na escola.

O mecanismo jurídico que regulamentou esse instrumento foi o Decreto n 9154/85, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse plano estabeleceu em seu artigo 2, a avaliação rotineira dos livros. Nos anos 2000, a resolução n° 603, de 21/02/2001, passou a ser um mecanismo organizador regulador do PNLD.

A reforma curricular, a partir de 1991, nos primeiros ciclos do Ensino Fundamental, exigiu que os novos livros correspondam às atuais exigências, de uma educação do século XXI, na qual o conhecimento, os valores, a capacidade de resolver problemas e aprender a alfabetização científica e tecnológica são elementos essenciais.

A seleção dos livros didáticos constitui uma tarefa de vital importância para o ensino-aprendizagem. Por isso, deve-se levar em conta a seriedade dos critérios para a escolha dos conteúdos, principalmente para possibilitar ao professor a participação no processo de avaliação desse instrumento pedagógico.

Os professores têm extrema importância nessa seleção, pois eles devem saber das potencialidades e limitações dos livros didáticos, para que possam repensar suas práticas pedagógicas, conscientes de que esses suportes ainda apresentam conteúdos lingüísticos e textos de apoio que apontam para realidades específicas e problemas locais. O ideal é que o professor veja o livro didático apenas como uma das ferramentas entre tantas outras capazes de lhes propiciar condições de ministrar um ensino de qualidade.

Como tal recurso não é transmissor de uma sabedoria absoluta, acreditamos que a relação do professor, em qualquer uma das séries do ensino fundamental, com o livro didático, deve ser uma relação crítica. Não é olhar o seu conteúdo com desconfiança, mas até fazê-lo caso seus parâmetros não entrem em sintonia com a proposta pedagógica da escola.

O que observamos nas atuais circunstâncias, sobretudo na escola pública, é que o professor não tem condições de produzir seu próprio material didático, e isto se deve à dupla jornada de trabalho, em alguns casos, a tripla jornada, que não favorece à criatividade e a utilização de outros materiais adequados ao processo educativo. Uma das alternativas para enfrentar isso é

reconhecer que o livro didático possui certas limitações, especialmente, em relação ao conteúdo.

Muitos temas costumam ser abordados de maneira simples e superficial. Costumam haver muitas lacunas teóricas, por exemplo, no que se refere à omissão de informações importantes para a compreensão de determinado assunto. Isso é perfeitamente compreensível, pois o autor, ou os autores, fazem a escolha, da abordagem, a partir do recorte que julgam mais essencial e por isso ocorrem referências sem aprofundamento.

Segundo Choppin (2004) o livro tem quatro funções essenciais: a de referencial, quando o livro é a expressão do currículo escolar, instrumental, quando é concebido como material que contém exercícios, ideológico e cultural, quando serve para expressar interesse de grupos na formação de identidade nacionais, raciais; e sua função documental, quando seus textos e imagens são utilizados para levar o aluno a desenvolver um pensamento crítico. Deste modo, compreendemos que a escolha deve ser criteriosa, considerando-se os fundamentos necessários para a formação do conhecimento adequado em qualquer esfera da realidade escolar.

## **2.2. OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO**

A tendência da maioria dos livros é generalizar a figura do indígena, como se fosse um grupo homogêneo, parte de um passado distante sem relação com a vivência cotidiana atual.

Este tipo de postura faz com que os alunos elaborem a idéia de que os indígenas não fazem parte da sociedade. Portanto, precisamos mostrar a realidade que os perpassa. Bonin (2008) nos diz que a representação indígena na escola é, muitas vezes, equivocada:

Esse índio objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como

alegria, ingenuidade liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígena em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiário que deixam ver de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira. (BONIN, 2008, p. 318)

A diversidade é a marca social brasileira, contudo por muito tempo, foi dito que o Brasil era um país sem diferenças, com uma cultura uniforme. Assim, discriminações praticadas com base nas diferenças ficam ocultas, desmistificando uma igualdade que não existe. A contribuição da escola na construção da valorização da diversidade é a de promover os princípios éticos, de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano; encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e a criação de ações que superem os problemas gerados pela injustiça social.

Tratar da presença indígena em território brasileiro significa valorizar sua presença e reafirmar seus direitos como povos nativos, conforme foi tratado na constituição de 1988. É preciso explicar sua ampla e variada diversidade, de forma a corrigir a visão deturpada de que os povos indígenas são um grupo único, pois existem várias etnias que o configuram.

Sobretudo, considerar que todo e qualquer indivíduo nasce num contexto de uma cultura, mesmo que não saiba ler, escrever ou fazer contas. Nenhum ser não sobreviveria sozinho, sem a participação das pessoas e do grupo que o gerou. Daí a necessidade, de se conhecer suas raízes e preservar sua história, conforme sugerem os parâmetros curriculares:

Por isso fortalecer a cultura própria de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, promover seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, é fortalecer a igualdade, a justiça, a liberdade, o diálogo e, portanto, a democracia. (BRASIL 1997, p. 34)

O indígena na visão do livro didático, não pode ser folclórica, presa a um passado longínquo da história brasileira. Lembrados nas aulas de história apenas articulado ao período colonial e em outros momentos da história, ou nas

manifestações de 19 de abril, quando as crianças saem da escola com os rostos pintados, para homenageá-los.

A história indígena vai além disso. Não se mostra no livro, por exemplo, o respeito que os indígenas têm pelos mais velhos, pelo Pajé; pela sua crença, pela natureza. O homem branco usa a natureza por ganância para arrecadar dinheiro com os desmatamentos das florestas; o índio usa a madeira das árvores para aquecer sua família ou para sua alimentação. Sempre defendeu o meio ambiente, e os elementos que o compõem, dando-nos uma valiosa lição.

Ao se ensinar na escola, através do livro didático, o estudo dos povos indígenas deve-se abordar as noções de terra, meio ambiente, espaço, valorizando a visão destes grupos étnicos. É uma maneira de estabelecer o diálogo com o passado, ressignificando as tradições para repassá-las as novas gerações. O passado é importante, mas a atualidade também. Por isso, a experiência dos povos indígenas é para ser estudada como aprendizado de preservação da memória cultural.

Observou-se que nas últimas décadas a temática indígena tem ocupado esses espaços, o conteúdo vivenciado nas escolas continua sem visibilizá-los. A esse respeito Grupioni (1995) afirma:

Apesar da produção e acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, é, freqüentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. (GRUPIONI, 1995, p.482)

Percebemos que esse autor trás para as discussões questões pertinentes aos dias atuais. A única mudança concreta é a inclusão oficial da temática indígena como componente curricular. Porém, em outro momento esse mesmo autor fez uma crítica às informações sobre a situação de generalização e simplificação sobre a história dos povos indígenas, denunciando nos livros

didáticos a ausência de discussões sobre os processos de elaboração das expressões socioculturais. "eles operam com a noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu nessas sociedades" (RUPIONI, 1996, p.430)

Cabe aos professor questionar esse tipo de abordagem, promovendo discussões que possibilitem ao aluno, refletir sobre a condição atual dos grupos étnicos indígenas brasileiros, Assim, as informações da aula poderão suprir as lacunas do livro didático.

Deste modo, é importante observar que ao estimular a importância social, histórica e cultural dos povos indígenas junto ao aluno, o professor estará contribuindo para a valorização deste grupo, sua identidade, o que se constituem pré-requisitos essenciais para a aprendizagem.

Pelo exposto, emerge a necessidade de uma pedagogia que seja capaz de admitir e reconhecer a importância do multiculturalismo e da diversidade dos povos. Ao negar isso, a escola produz entre as crianças uma idéia homogênea das culturas e povos que fazem parte da sociedade brasileira, fato que não corresponde à realidade histórica.

### **3. OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA A PARTIR DA ESCOLA**

O objetivo deste trabalho é compreender como os povos indígenas são representados no livro didático de história nos anos iniciais, considerando a visão do docente e a dos alunos.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA: A ESCOLA MUNICIPAL MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA**

A escola Municipal Maria Cândida de Oliveira, foi construída em 1976, na gestão do prefeito Evaldo Cruz sendo inaugurada no dia 31 de janeiro de 1977. Iniciou suas atividades em maio de 1977 na gestão do então prefeito Enivaldo Ribeiro. Recebeu este nome em homenagem à professora homônima por ela ter prestado relevantes serviços na área de educação da 1ª fase do denominado 1º grau, à época, como a docente tinha grande paixão pela educação, antes de morrer, doou o terreno para a construção da escola.

O Grupo Escolar Maria Cândida de Oliveira é mantido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande e mantém parceria com a Bentonit União Nordeste iniciada em 1983. A escola tem como gestora atualmente a professora Maria da Conceição Davi Pereira. Inicialmente, funcionava em um pequeno prédio, sem muros, vulnerável aos vândalos e enfrentando inúmeras dificuldades, especialmente no que se refere a sua estrutura física.

Após o convênio informal estabelecido entre a Prefeitura Municipal e a Empresa Bentonit União Nordeste, firmado na gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima, tendo como secretária da educação a professora Margarida da Mota Rocha. São recebidos apoio e investimento financeiro para ampliação e conservação do prédio, apresentando, ao longo dos anos, consecutivas reformas.

Atualmente possui 07 (sete) salas de aula, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala para professores, 01 (uma) cantina, 01 (um) bloco de banheiros masculinos e femininos para os alunos, além de um exclusivo para deficientes físicos, 01



(um) para os professores, 01 (um) para os funcionários e visitantes, além de 01(uma) biblioteca, 01 (uma) sala de informática, 01 (um) gabinete odontológico, 01(uma) quadra de esportes coberta, e 01 (um) almoxarifado, oferecendo também, uma ampla área de recreação.

A instituição conta com um total de 410 alunos, distribuídos do pré-escolar (Educação Infantil) até o 5º ano do Ensino fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde. Inicialmente, os três turnos eram ativos, oferecendo Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, mas essa modalidade foi extinta no final do ano letivo de 1997.

O quadro de pessoal é formado por 14 (catorze) professores em sala de aula, 01(uma) diretora, 02 (duas) secretárias, 04 (vigias), 02 (duas) merendeiras, 06 (seis) auxiliares de serviço, 02 (duas) dentistas, 01 (um) professor de educação física, 01 (uma) professora de dança, 01 (uma ) assistente social, 01 (uma) pedagoga. Todos os funcionários fazem parte de quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande, admitidos por concurso público, com exceção daqueles que foram nomeados antes da obrigatoriedade desse processo.

O corpo discente é regularmente matriculado conforme normas estabelecidas pela Secretaria de Educação do Município. A maioria dos alunos é oriunda de famílias de baixo poder aquisitivo, uma característica da comunidade escolar. .

Em 1997, houve a criação do Conselho Escolar, cumprindo às exigências legais e determinações da Secretaria de Educação e, desde então, a atuação pedagógica procura exercer as suas competências com compromisso e responsabilidade.

O conselho é formado por representantes dos diversos segmentos da escola (professores, técnicos, funcionários, pais e alunos), que, embora enfrentando dificuldades, têm demonstrado interesse em realizar um trabalho competente contribuindo para o fortalecimento, da gestão escolar participativa.

No ano de 2009 ocorreu nova eleição de gestora para o triênio 2010-2012 sendo eleita a professora Maria da Conceição Davi Pereira, depois foi reconduzida por mais três anos 2013-2015.

## AS FOTOS DA ESCOLA

**FIGURA 1**



Entrada da Escola Maria Cândida

Fonte: arquivo pessoal da gestora Maria da Conceição Davi Pereira

**Figura 2**



**Frente da Escola Maria Cândida**

Fonte: arquivo pessoal da gestora Maria da Conceição Davi Pereira

**Figura 3**

Pátio livre para as crianças

Fonte: arquivo pessoal da gestora Maria da Conceição Davi Pereira

**Figura 4**

Quadra Coberta

Fonte: arquivo pessoal da gestora Maria da Conceição Davi Pereira

**Figura 5**

Sala de aula do 4° ano  
Fonte: arquivo pessoal da gestora Maria da Conceição Davi Pereira

**Figura 6**

**Sala de aula do 4° ano;**  
Fonte: arquivo pessoal da gestora Maria da Conceição Davi Pereira

### **3.2. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ENTRE A VISÃO DA PROFESSORA E A PROPOSTA DO AUTOR**

Apesar da Lei 11.645/2008, que cria a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura dos povos indígenas, são poucos os professores preparados para a abordagem deste contexto.

É necessário que as escolas concedam tratamentos eficientes a discussão em torno da questão indígena, tendo em vista que tema ainda é pouco explorado, trazendo uma perspectiva positiva acerca destes povos. Nesse sentido há necessidade de desenvolver informações apoiadas em conhecimentos pertinentes em que a história dos povos indígenas e sua cultura sejam efetivadas mudando as concepções preconceituosas e discriminatórias que predominam nos espaços educativos e fora deles.

Na convenção 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, entre outros itens há menção sobre as relações entre povos indígenas, e não-indígenas, em especial o artigo 31, que determina:

Medidas de caráter educativo deverão ser adotadas em todos os segmentos da comunidade nacional [...] com o objetivo de eliminar preconceitos que possam ter com relação a eles”. Essa recomendação se dirige em especial à escola, dizendo que “esforços deverão ser envidados para assegurar que livros de história e demais materiais didáticos ofereçam descrição correta, exata e instrutiva, das sociedades e culturas dos povos indígenas e tribais (BRASIL,2003,p.).

O documento revela a importância da educação em trazer discussões sobre os povos indígenas. Deste modo reiteramos as motivações que nos conduziram a focar a temática do livro didático, a fim de verificar qual o ponto de vista docente a esse respeito e como os povos indígenas são tratados nessas obras nas séries iniciais.

Diante do exposto, na nossa pesquisa entrevistamos duas professoras para saber quais os seus posicionamentos com relação ao livro didático de

História e mais particularmente, qual a percepção que têm em relação aos povos indígenas nas suas práticas na Escola Maria Cândida.

Ao serem indagadas sobre a temática indígena na sala de aula e o que viam a respeito da questão dos povos indígenas no livro didático, a professora M.E.S (2012) respondeu: “muito importante os livros apresentarem o conteúdo indígena, desmistificando esse povo”. Ainda sobre esse aspecto, a professora S.P.M (2012) afirmou: “ainda está precisando melhorar, houve algum avanço, mas se faz necessário uma nova visão da questão indígena, das posses das terras, da cultura.” (S.P.M).

A partir das respostas das professoras faz-se necessário aprofundar assuntos tratados, sobre os povos indígenas com informações mais precisas nas salas de aula, pois pouco se sabe sobre as lutas e conquistas de sua identidade nacional a contribuição de suas culturas, as professoras aprovam esse tema no livro didático, mas que eles possam ser mais explorados embora já alguns tenham mais informações, outros ainda se reportam ao período colonial por isso a importância do indígena contar a sua história.

As professoras é que vão ensinar as crianças a história e a cultura desses povos. De acordo com Coelho (2010), discutindo como a temática indígena é trabalhada na disciplina de História, temos o seguinte posicionamento:

[...] uma gritante ambigüidade; enquanto por um lado, se verifica o redimensionamento do lugar das populações indígenas, na composição dos conteúdos, em tudo atenta “às pesquisas mais recentes; por outro lado se nota a permanência, de aportes que se aproximam daquela antiga vocação: as populações indígenas, são representadas, conforme aquela cultura histórica que os via como ingênuos vítimas dos colonizadores, cujo traço cultural fundamental era a preguiça, a relação com a natureza. (COELHO,2007,p.6)

Partindo dessa afirmação, indagamos as professoras sobre os desafios de ensinar sobre os povos indígenas nos anos iniciais. Uma delas nos respondeu da seguinte forma: “que não encontrei nenhuma dificuldade” M.E.S (2012) , e a professora S.P.M (2012) afirmou: “ os preconceitos, muitos são

arraigados na mentalidade, na visão que se tem dos povos indígenas e de sua cultura.”

Embora a professora diga que não houve desafios e a outra diga que os preconceitos estão na mentalidade das pessoas isso foi devido a muitos anos atrás que se falavam pouco sobre esse tema nas escolas mais agora eles estão sendo mais abordados.

Candau (2009) esclarece que as diferenças:

“Aqui são todos iguais”, é muito frequente os professores afirmarem quando se pergunta como lidam com as diferenças para significar que os dispositivos pedagógicos mobilizados são padronizados e uniformes. No entanto as investigações realizadas tem identificado progressivamente uma maior sensibilidade para esta temática,mas traduzi-las nas práticas cotidianas continua sendo um grande desafio(CANDAU,2009 p. 248).

Considerando a visão de Candau (2009), enfatizamos as dificuldades que a escola enfrenta para trabalhar e conviver com as diferenças. No que se refere à lei 11.645./2008, perguntamos as docentes se elas a conheciam, e como elas ficaram sabendo a respeito da lei. A professora M.E.S respondeu que isso foi possível através de um outro trabalho realizado por uma docente na escola: “ Sim, fiquei sabendo através de uma palestra, concedida por uma professora historiadora Sandrylza Medeiros. A escola apresentou a Mostra Pedagógica com o tema: *“Índios e Negros : Nossas Raízes”*. A docente não só destacou o indígena como também o negro, apresentando a contribuição de ambos para a formação de nossa nação. Teve também nesta mostra temas como: brincadeiras indígenas, salão de artesanato afro-indígena, conto indígenas e africanos, danças indígenas, contribuições indígenas na língua portuguesa, resgate histórico, das lutas, conquistas, dos Afro brasileiros entre outros. Todo esse trabalho foi orientado também pela professora mestre Sandreylla Pereira Medeiros que tem como base de pesquisa uma comunidade quilombola. A professora referida acima, acompanhou e direcionou os diferentes trabalhos

desenvolvidos, se reunindo com as professoras na criação e desenvolvimento dos trabalhos em pauta.

A professora S.P.M (2012) respondeu: “ Sim, através da leitura da lei”. Nesse sentido, chamamos atenção para que as escolas propiciem cursos de formação sobre a temática, para que as professoras possam ter conhecimento adequado sobre os povos indígenas, no cotidiano das salas de aula, não apenas nas mostras pedagógicas para que as crianças aprendam a importância dos indígenas não só nas datas comemorativas, como se fossem festas à fantasia, brincando todos pintadinhos de indígenas, dançando ao lado da fogueira e tratando a questão como uma atividade lúdica.

É importante que as crianças e as docentes saibam mais sobre a sua história, sobretudo em relação a Lei 11,645/2008, que diz respeito à obrigatoriedade da temática da cultura indígena nos currículos escolares (BRASIL,2008).Os povos indígenas sempre foram percebidos até hoje a partir da visão do colonizador, sem que a escola desse oportunidade para que os diferentes povos apresentem a sua visão com relação a si mesmos e a história de nosso país.

A Lei 11.645/2008 surge, nesse contexto, no momento em que os povos indígenas buscam autoafirmação e lutam por imagens que valorizem as suas realidades. Assim, perguntamos as duas professoras como elas lidam com esse tema na sua prática pedagógica, quais as dificuldades que elas encontram, bem como de que modo as crianças percebem e representam os povos indígenas.

Uma professora declarou: “Geralmente leitura, de vários tipos de textos, que tratam de forma diferenciada a questão indígena. Confrontar idéias e discutir escrever e ilustrar ideias” (S.P.M, 2012); a outra nos diz: “Trabalho com textos, como poemas e vídeos”. (M.E,S, 2012).

No que se refere a relação com a temática entre as crianças, a professora S.P.M ( 2012) informou que:

Essa visão da criança é uma cópia do que ela vem ouvindo, lendo [...] Ainda como selvagens que adoram a natureza e gostam de dançar]. Justamente aí que entra o confronto com a realidade dos povos indígenas nos dias atuais.



Podemos perceber através do questionário aplicado como as docentes trabalham suas percepções dos povos indígenas e como, a partir destas visões, desenvolvem o trabalho pedagógico. Com esse questionário verificamos que o que é veiculado na cultura escolar a respeito da temática indígena, ainda necessita aprofundamento para que, efetivamente, haja uma superação das desigualdades, a fim de que se reconheça a verdadeira diversidade cultural existente no Brasil.

Além da pesquisa realizada com as docentes, através da aplicação dos questionários, no decorrer do estudo também analisamos o livro didático de História utilizado pelas professoras da Escola Maria Cândida, a fim de percebermos qual o enfoque concedido aos povos indígenas.

É importante que se estimule na vivência escolar o conhecimento dos temas indígenas, envolvidos no campo da história, identificando ainda como os conteúdos se apresentam e como são organizados nos livros didáticos, explicando como essas representações contribuem ou não para as permanências de visões eurocêntricas e preconceituosas em relação aos grupos indígenas. Deve-se avaliar se esses livros mostram uma perspectiva crítica, fomentando assim a formação de uma consciência histórica e cidadã.

Sabemos da importância da escola e do espaço ocupado pelo livro didático, no processo de formação dos referenciais básicos das crianças. É na infância e na adolescência, durante o período que se frequenta a escola, que se recebe uma série de informações sobre outras culturas e outros povos. Poucos terão, após essa fase, a oportunidade de aprofundar e de enriquecer seus conhecimentos sobre a diversidade seja através de viagens, leitura de romances, ou prosseguindo nos estudos.

Neste contexto, o livro didático é uma fonte importante, quando não única, na formação da imagem que temos acerca das diferenças. Parece que o caminho é rever nossos conhecimentos, perceber nossas deficiências, buscar novas formas e novas fontes de saber, que nos capacitem para a compreensão da diversidade cultural.

O professor precisa levar para a sala de aula a crítica séria e competente dos livros didáticos, e motivar o exercício de conviver com as diferenças não só entre membros de sociedades diversas, mas também entre aqueles que têm origens regionais, e culturais particulares. Os autores dos livros didáticos precisam rever suas fontes e suas teorias, bem como as editoras precisam ser mais cuidadosas no controle das publicações. Percebemos que houve avanços, mas pouco se sabe sobre a Lei 11.645/2008, pois existem inúmeros conhecimentos culturais, sobre os índios pouco disseminados.

O respeito que estes têm com a natureza, com o meio em que vivem, a divisão de trabalho entre eles, são aspectos superficialmente mostrados em alguns livros, e nem todas as crianças têm acesso a esses. O ensino atende à diversidade dos alunos, portanto, os saberes escolares não podem se limitar a abordagens insuficientes; Conforme Zabala (1998) há necessidade de se adaptar

Às novas necessidades informativas que surge constantemente; o objetivo será a melhoria da prática. Nesta concepção, o conhecimento e o uso de alguns marcos teóricos, levarão a uma verdadeira reflexão sobre a prática, fazendo com que a intervenção pedagógica seja a É preciso introduzir, em cada momento, as ações que se menos rotineira possível.(ZABALA, 1988,p.51).

O livro didático que analisamos, é de autoria de Katya Zuquim Braghini, Bacharel e licenciada em história pela Universidade de São Paulo Mestre em história da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Intitulado Mundo para Todos: história 4, componente curricular: história 4 ano /Katya Zuquim Braghini, 1.ed, São Paulo: Edições SM, 2008. Sobre os povos indígenas a autora aborda no livro os seguintes tópicos, Assim é o povo brasileiro, os povos indígenas, a chegada dos portugueses, isso em um momento depois algumas atividades, logo mais na frente ela fala novamente sobre os povos indígenas suas terras, como eles viviam, as aldeias o trabalho deles como eram distribuídos, e a educação indígena depois mais um pouco de atividades a respeito do que foi visto, esse assunto vai em torno de 11 páginas

de fácil compreensão para as crianças desse ano letivo. Logo abaixo mostro como é exposto os conteúdos desse livro, com mais detalhes.

Katya Zuquim Braghini destaca o encontro entre os povos indígenas e os portugueses explicando que estes povos eram diversos, com culturas, língua, religião e costumes diferentes e que os portugueses ao chegarem não sabiam como tratá-los nem como chamá-los, denominando-os de índio, para indicar todos os habitantes daquelas terras. As imagens do livro abaixo atestam esses aspectos.

**Figura 7**



**FONTE: Livro: Mundo para Todos**

A autora vai falar um pouco dos povos indígenas que foram encontrados pelos portugueses, e que estes povos eram diversos, com culturas diferentes, língua, religião e costumes, os portugueses como de início não sabiam como tratá-los nem como chamá-los, denominaram de “Índios”, para indicar todos os habitantes daquelas terras.

**Figura 8**



**FONTE: Livro: Mundo para Todos**

No que se refere à comunicação entre grupos étnicos indígenas, a autora destaca que como esses não conheciam a escrita tinham línguas próprias, ou seja, cada povo indígena desenvolvia seus dialetos. Estes povos também tinham íntima relação com a natureza. O seu modo de vida, seus costumes, eram transmitidos oralmente, intergeracionalmente aos mais jovens, pelos mais velhos, por isso quase tudo que sabemos sobre eles é fruto da tradição oral. Os registros escritos sobre os indígenas foram feitos pelos colonizadores, padres jesuítas que vieram catequizá-los, ou pelos viajantes estrangeiros, que vinham conhecer as novas terras e depois relatavam suas observações e os fatos curiosos sobre os indígenas.

De acordo com esses registros, diversos povos indígenas tinham modos próprios de se relacionar. Todos os produtos que retiravam da terra, bem como os alimentos que pescavam ou caçavam, eram divididos entre os membros da aldeia. Havia, nesse sentido, um sentimento de coletividade e cooperação.

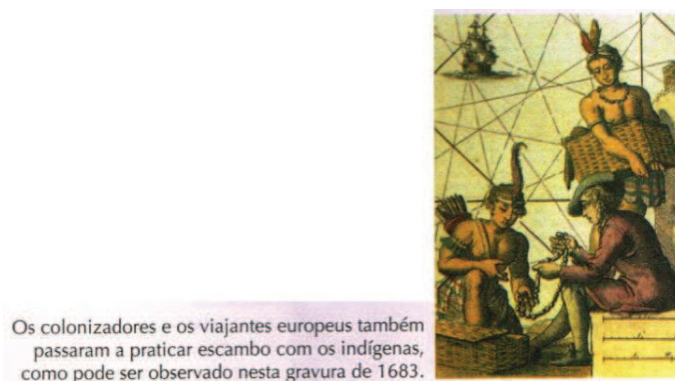
Figura 9



**FONTE: Livro: Mundo para Todos**

No que se refere às características dos povos indígenas, todos dormiam em redes, falavam línguas diferentes, e os costumes eram diversos em suas etnias.

Figura 10.



**FONTE: Livro Mundo para todos**

A autora mostra que entre esses grupos não havia compra e venda de mercadorias: só fabricavam objetos para uso próprio, nunca para vender. Quando precisavam de algo que não tinham, mas que outro grupo possuía, trocavam um objeto por outro. Essa troca, sem o uso do dinheiro, denomina-se escambo, conforme vemos nas imagens.

**Figura 11**



**FONTE: Livro Mundo para Todos**

O livro mostra também as maneiras como se organizavam nos lugares que habitavam já que viviam em aldeias, que mantinham contato entre elas.

As aproximações ocorriam durante as cerimônias para o enterro de algum membro do grupo, quando faziam alguma aliança ou se declaravam guerra, ou ainda quando celebravam algum casamento. Essa união entre as aldeias era baseada em laços de parentesco e na identidade cultural. Nas imagens podemos observar cenas das aldeias no século XIX e atualmente, o que demonstra a preocupação da autora ao expor como eram as habitações dos indígenas passados e os lugares em que alguns povos vivem hoje.

**Figura 12**

**FONTE: Livro Mundo para Todos**

A autora aborda o cotidiano dos povos indígenas, apontando como estes viviam da pesca, da caça e da coleta de frutas e raízes. Alguns cultivavam suas roças, onde plantavam amendoim, feijão, batata-doce e abóbora. O principal alimento era a mandioca, que permitia a fabricação de farinha e beijus ( uma espécie de biscoito muito leve).

**Figura 13**

**FONTE: Livro Mundo para Todos**

Eram atividades dos homens pescar, derrubar a mata para retirada da madeira, caçar. Os homens eram responsáveis também pela construção das moradias, das canoas e da cerca de troncos de palmeiras que circulava a aldeia para protegê-la dos inimigos. Já as mulheres eram responsáveis pelas atividades de cozinhar, plantar e colher os alimentos. Elas também preparavam as bebidas e faziam os utensílios usados na rotina doméstica.

Outra questão muito importante abordada pela autora é em relação à educação das crianças indígenas atualmente. Neste aspecto, ela nos narra que as crianças indígenas adquirem os conhecimentos mais importantes para a vida na aldeia por meio dos ensinamentos orais transmitidos pelos mais velhos, de modo que toda a comunidade participa da educação das crianças.

Desvendando a educação ameríndia, Menezes e Bergamaschi, afirmam:

[...] desde pequena, a pessoa observa, inspirando-se naquilo que a rodeia, tendo como exemplo, as imagens que estão à sua disposição, buscando assemelhar-se ao outro e a partir daí constituir um comportamento próprio que também o distinga. Imitam nas brincadeiras e nas demais situações da vida, pois acompanham os adultos nas mais diferentes atividades (MENEZES e BERGAMASCHI, 2009, p.89).

Observação, imitação, e experimentação são elementos fundamentais para que a aprendizagem em algumas culturas indígenas. É a partir dela que a criança constitui sua identidade e estabelece sua conexão com o ambiente que a rodeia, além, de aprender desde cedo os elementos de sua cultura.

Os pais não repreendem as crianças ao longo de suas experiências, mas está sempre por perto observando. O deixar fazer permite que a criança manuseie diversos objetos, inclusive alguns considerados perigosos para os não indígenas. O que aos nossos olhos é visto com espanto, pelos indígenas é visto com naturalidade. Afinal faz parte do processo de experimentação pela qual a criança passa (Bergamaschi, 2012, p.65).



A Constituição de 1988 assegura aos povos indígenas uma educação que valorize a língua materna e o conhecimento tradicional de cada povo. A nova LDB define como um dos princípios norteadores do ensino escolar nacional o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. O artigo 78 afirma que:

A educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngüe para a “reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias, históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e conhecimentos valorizados pela sociedade nacional” (Brasil, 1996).

**Figura 14**



Sala de aula em aldeia dos Ashaninka, povo que vive no Acre.

**FONTE: Livro: Mundo para Todos**

Katia Zuquim Braghini dedica sua atenção à cultura ameríndia e sua importância para a nação brasileira, discutindo a influência indígena nos nossos hábitos e costumes. Em nossos hábitos e costumes há marcas indígenas na alimentação, no artesanato, na língua. Na alimentação assimilamos dos indígenas a mandioca, a macaxeira, ou aipim, o milho, o palmito, as castanhas brasileiras, o guaraná, o amendoim e as frutas nativas (BRAGHINI, 2008 p.44). Nas imagens abaixo, observamos alguns alimentos que fazem parte da gastronomia indígena, que também são consumidos no nosso cotidiano.

**Figura 15**

O uso do milho em nossa alimentação é uma herança dos povos indígenas.

**FONTE: Livro Mundo para Todos**

A partir da análise do livro didático utilizado na escola onde pesquisamos e que fizeram parte desta pesquisa, podemos verificar que nos últimos anos os estudos históricos têm passado por uma ampla renovação e isso também repercute nos textos dessas obras. Isso significa que o lugar dos povos indígenas na História também está sendo revisto. Algumas sugestões de Silva (2002) são importantes para superar preconceitos e omissões sobre a temática indígena.

Incluir a temática indígena nas capacitações e aprimoramento dos professores, sobre a abordagem da pluralidade cultural; estimular o conhecimento sobre povos indígenas em seminários; intensificar mais pesquisas sobre esse tema; indígenas na sala de aula; promover momentos de intercâmbio entre os povos indígenas e a escola; promover ações pautadas na perspectiva da diversidade cultural, e dos direitos dos povos indígenas, bem como do reconhecimento que o Brasil é um país pluriétnico (SILVA,2002,p.55).

A Lei 11.645/2008, ao incluir a história e cultura indígena no currículo escolar, Constituição de 1988, e as conquistas dos direitos desses povos aí fixados, possibilitam aos indígenas: saúde, educação permitindo que suas terras, sua história fossem contadas como ocorrem, sem interferências de colonizadores. O índio Gersem Baniwa (2006), ao discutir sobre a questão indígena na perspectiva educacional no livro O indígena brasileiro o que você

precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje, escreveu sobre as sociodiversidades desses povos, enfatizando:

A sua diversidade, a história de cada um, e o contexto em que vivem criam dificuldades para enquadrá-los em uma definição única. Eles mesmos, em geral, não aceitam as tentativas exteriores de retratá-los e defendem como um princípio fundamental o direito de se autodefinirem. (BANIWA,2006,p.47).

Quando os indígenas falam sobre diversidade, eles fazem referência ao respeito que querem ter sobre suas culturas, suas histórias, não como disputas de poder de quem tem mais ou menos. Segundo Baniwa (2006);

Quando falamos de diversidade cultural indígena, estamos falando de diversidade de civilizações autônomas e de culturas, de sistemas políticos, jurídicos, econômicos, enfim, de organizações sociais, econômicas e políticas construídas ao longo de milhares de anos, do mesmo modo que outras civilizações, dos demais continentes europeu, asiático, africano e Oceania. Não se trata, portanto, de civilizações ou culturas superiores ou inferiores, mas de civilizações e culturas equivalentes, mas diferentes. (BANIWA, 2006, p.49).

Sobre a inserção dos povos indígenas nas discussões em sala de aula, verificamos que além da efetivação das políticas públicas direcionadas para este tema, um outro grande desafio é a formação continuada dos professores, a qualificação para os professores que já atuam, e os que estão saindo das universidades.

Devem existir disciplinas obrigatórias sobre este tema, administradas por especialistas da área. Algumas universidades adotam essa perspectiva, mas será que isso é regra? Também deve haver curso, seminários, livros nas bibliotecas escolares que tratem da temática indígena. Nesse sentido, a Lei 11645/2008 possibilitou a mudança de algumas práticas pedagógicas preconceituosas, permitindo novos olhares para a história e a sociedade. Olhares críticos, partindo do reconhecimento das diferenças, dos direitos do respeito por todos que compõem a diversidade brasileira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatamos com este estudo que os conteúdos presentes nos livros didáticos sobre os povos indígenas ainda precisam ser explorados, discutidos e contextualizados na escola. É preciso que as populações indígenas sejam referenciadas em outros momentos da história, uma vez que participam efetivamente da vida atual do país.

O governo federal implantou a Lei 11645/2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena, de maneira a combater a discriminação conforme a constituição brasileira. O objetivo da medida é motivar a divulgação de conhecimentos, atitudes, posturas e valores, que eduquem cidadãos à pluralidade, garantindo respeito, valorizando as identidades e raízes indígenas do Brasil como reconhecimento de sua história e cultura.

Esses equívocos ainda presentes, e que se reproduzem nos livros didáticos de história do Brasil, devem-se ao desconhecimento por parte dos autores do universo que envolve a questão indígena requerendo que as obras confirmem a importância a esses grupos.

Faz-se necessário também, que aprendamos a ouvir os povos indígenas no que diz respeito ao que os livros dizem sobre eles. Nosso objetivo ao verificar o material didático utilizado pelas docentes foi de compreender se as mudanças e permanências, as inclusões, exclusões, os estereótipos, os preconceitos, a visão etnocêntrica ainda se encontram presente nos textos, assim como, as imagens e os conteúdos veiculados sobre a temática, observando também as idéias, representações existentes no material e de que forma esses aspectos têm contribuído para uma ressignificação do ensino de história. Nesse sentido, devemos buscar bibliografias que contemplem esses saberes e que possam ser utilizadas pelos professores para aprimorar seus conhecimentos adquirindo condições de uma abordagem mais coerente sobre o assunto.

Nesse raciocínio, os professores devem rever seus conhecimentos, perceber suas deficiências, buscando novas formas e novas fontes de saber. Somente através do estudo e da pesquisa sistemática é que os professores

podem oferecer aos seus alunos condições de superação dos estigmas e preconceitos que lhes foram transmitidos no processo de aprendizagem escolar.

Assim o aprofundamento dos estudos sobre os povos indígenas deve ser o primeiro passo rumo a uma prática pedagógica adequada, buscando-se materiais que não fazem parte do cotidiano escolar, mas que podem contribuir de forma relevante na apropriação e construção desses conhecimentos pelos alunos.

Desta forma, acreditamos contribuir para uma melhor compreensão sobre a temática indígena, de modo a evitar a discriminação existente nas relações sociais, propiciando aos alunos a construção de conceitos mais coerentes em relação à diversidade social. Embora a produção das imagens sobre a diversidade cultural nos livros didáticos e no ensino de História, ainda seja inapropriada, que reconhecer que alguns progressos já existem em termos de legislação educacional no Brasil. Assim, resta-nos valorizar na ação curricular os diferentes sujeitos, o diálogo, o respeito à diferença, o combate à desigualdade em prol do exercício da cidadania, na escola e fora dela.

O reconhecimento e a valorização da diversidade cultural se fazem necessárias, cabendo à escola um papel ativo no processo de conscientização dos alunos, para que não se venha perpetuar, nas salas de aulas, situações e concepções discriminatórias em relação aos grupos étnicos indígenas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta; ORTOLAM, Maria Helena. **Movimento Indígena: já existem 100 organizações**. Porantim, Brasília: CIML, dez 1992.

BANIWA, Gersen dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Mec/Secad Museu Nacional/ UFRJ, 2006 .

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES Luana Barth. **A Temática Indígena na Escola: ensaios de educação intercultural – Currículos sem fronteiras**, v,12,n1,PP.53-69,jan/abr 2012.

BERGAMASHI, Maria Aparecida. **Povos Indígenas e ensino de História: a Lei n 11645/2008 como caminho para a interculturalidade**. In: BARROSO, Vera Lucia et al. Ensino de História desafios contemporâneos. Porto Alegre: Est: Exclamações: ANPUH/RS, 2010, p. 151-166.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez/2004.

BRAGHINI, Katya Zuquim. **Mundo para Todos**. São Paulo: Edições SM, 2008. História 4.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, D F: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **LEI DE Diretrizes e Bases da Educação Nacional**; Lei n 9394/96, Brasília, Mec. 1996.

BRASIL/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**. Brasília: Mec/SEF, 1998.

BRASIL, **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Brasília: OIT, 2003.

BONIN, Iara Tatiana. **Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infanto-juvenil que chega às escolas?** In: Silveira, Rosa Hessel (Org). Estudos Culturais para professor as Canoas: Editora da Ulbra, 2008.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli, P.M. **Formação continuada de professores para a diversidade cultural**. In: Revista Brasileira de Educação, v.16, n.48, set./dez, 2011.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: MOREIRA, Antônio F. B.; CANDAU, Vera M. (Org). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 13-37, 2008.

CANDAU, Maria Vera. **Sociedade Multicultural e educação: tensões e desafios**. In: CANDAU, Maria Vera (Org). Culturas, e educação entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DPC A 2005.

CANDAU, V.M. **Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença**. 2009. PUC-RIO CNPq (relatório final de pesquisa).

CAVALCANTI, Lucíola Inês de Pessoa. **Formação de Professores na perspectiva do Movimento dos professores indígenas da Amazônia**. Amazônia 2008

COELHO, Mauro Cezar. **As populações indígenas no livro didático, ou a construção de um agente histórico ausente.** Caxambu, 2007.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Educação e Pesquisa, v. 30, n 3, São Paulo, set dez 2004, p. 549-566.

FREIRE, **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GRUPIONI, Luis Doniseti Benzi. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil.** In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (Orgs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus, MEC, Brasília, 1995, p.481-521.

GRUPIONI, Luis Doniseti Benzi. **Imagens Contraditórias e fragmentadas sobre o lugar dos índios nos Livros Didáticos.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.77, n186. p.409-437, maio/ago1996.

HENRIQUES, Ricardo et al . **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.



MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002

MENEZES, Ana Luiza Teixeira de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação Ameríndia: a dança e a escola guarani**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.2009.

SILVA, Edson. Povos **Indígenas e Ensino de História: Subsídios para a abordagem da Temática Indígena em sala de aula**. História & Ensino, Londrina, v.8, p.45-62, out.2002.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: Como ensinar**. Artmed: Porto Alegre, 1988.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO**

- **PESQUISA SOBRE OS POVOS INDIGENAS NO LIVRO DIDÁTICO COM PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

**NOME:**

**ESCOLARIDADE:**

**PROFISSÃO**

**Questionário**

- 1- Quais as dificuldades de ensino-aprendizagem que você identifica em sua turma?
- 2- Quais problemas você sente em sua prática pedagógica?
- 3- Sua formação contribuiu para sua prática pedagógica?
- 4- Para você o que é ensinar nos anos iniciais?

- 5- Como você vê os alunos nos anos iniciais em termos de aprendizagem do conteúdo de história?
- 6- Para você qual a importância de ensinar história nos anos iniciais?
- 7- Como você vê a questão dos povos indígenas no livro didático?
- 8- Na sua formação teve discussões sobre os povos indígenas?
- 9- Para você qual a importância de abordar sobre os povos indígenas nos anos iniciais?
- 10- Quais os desafios de ensinar sobre os povos indígenas nos anos iniciais?
- 11- Você conhece a Lei 11645/2008 que aborda sobre os povos indígenas? Se conhece, como ficou sabendo?
- 12- Como você vê os povos indígenas no livro didático?
- 13- Como você trabalha os povos indígenas no livro didático de história?
- 14- Nas discussões em sala de aula como as crianças percebem e representam os povos indígenas?
- 15- Na sua prática pedagógica que tipo de metodologia você utiliza para ensinar os povos indígenas?
- 16- Quais as dificuldades que você sente para discutir em sala de aula de história nos anos iniciais sobre os povos indígenas?
- 17- A escola que você ensina tem algum trabalho ou desenvolve alguma ação que envolva os povos indígenas?
- 18- Para você qual a importância de trabalhar sobre os povos indígenas?